



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO QUADRO DE CARREIRA DOS SERVIDORES
DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS

CARGO

TÉCNICO JUDICIÁRIO

CATEGORIA PROFISSIONAL

BACHAREL EM DIREITO

Domingo, 17 de setembro de 2006

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS GERAIS E CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Só abra este caderno quando o fiscal autorizar.

Leia atentamente as instruções abaixo.

1. Este caderno de provas é composto de **50 questões**. Confira-o todo e solicite sua substituição, caso apresente falha de impressão ou esteja incompleto.
2. Leia cuidadosamente cada questão da prova, antes de respondê-la.
3. No cartão-resposta, preencha, com caneta esferográfica **preta**, o alvéolo correspondente à alternativa escolhida para cada questão.
4. A resposta não será considerada se:
 - houver marcação de duas ou mais alternativas;
 - o alvéolo correspondente à alternativa escolhida não estiver completamente preenchido;
 - forem ultrapassados os limites do alvéolo a ser preenchido.
5. Durante as provas, o(a) candidato(a) não deverá levantar-se ou comunicar-se com outros(as) candidatos(as).

OBSERVAÇÕES:

- Os fiscais não estão autorizados a fornecer informações acerca desta prova.
- Se desejar, o(a) candidato(a) poderá utilizar a folha intermediária de respostas, para registrar as alternativas escolhidas.

Identificação do candidato

TEXTO

O MENINO QUE MORREU AFOGADO (fragmento)

Bernardo Élis

Já tinha um horror de gente na beira do rio quando o delegado chegou. O corpo nu do menino estendia-se na areia. Frio. Empazinado.

O delegado sentenciou que estava morto. Embora todos já soubessem disso, o espanto foi geral. E houve um silêncio mau, sarcasticamente cheio de reflexões. Logo, porém, vieram comentários: “que o menino estava vadiando no rio cheio e deu um de-ponta. Que demorou a voltar à tona. Os outros meninos gritaram, berraram. Que o vendeiro veio correndo, mergulhou também. Chegaram mais pessoas. Depois meia hora o corpo passava na passagem e um velho o tirou. Que isso, que aquilo, que era sucuri que tinha ali.”

Agora o cadaverzinho estava estendido na praia. O delegado esbravejou contra essas mulheres que botam filhos no mundo e não lhes dão educação, não cuidam deles.

— Mas a mãe dele era a cozinheira da pensão e nem sabia de nada!

— Ah, é?!

Começaram a calçar no menino a calcinha suja e remendada.

Aqueles meninos da rua da Beira do Rio viviam dentro d'água o que dava o dia. O rio era a escola deles. Sua diversão, seu mundo enfim. As águas claras e mansas davam-lhes o carinho que o trabalho não deixava as mães lhes dar. Davam-lhes brinquedos que a falta de cobre negava. Para os meninos ricos, havia Papai Noel. Para os da rua da beira do Rio, enchente.

Eles ficavam imaginando uma cheia que cobrisse as casas da rua de Baixo. Então só os telhados ficariam de fora. Poderiam dar de-pontas da torre da igreja, ir nadando de casa em casa, fazer barquinhos e sair remando por entre os telhados. Naquela noite de fim de dezembro, o rio roncou feito um danado. De manhã, a luz morta do dia punha reflexos idiotas nos redemoinhos traiçoeiros das águas barrentas. No meio, a correnteza se encrespava em saltos selvagens, em saracoteios lúbricos, numa volúpia diabólica de destruição.

O menino enfincou um pauzinho na areia da praia, marcando a orla das águas. Com pouco, sumiu tudo.

— Capaz do rio passar pro riba da ponte.

Depois foram nadar na vargem. Mas o rio estava enfezado, trombudo, cheio de instintos criminosos e arrebatou o menino.

— Quem morreu, descansou. Vamos cuidar dos vivos — disse o delegado. E o povo riu, porque a presença incômoda da morte rondava friamente a criança arroxçada.

ÉLIS, Bernardo. *Seleção*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991. p. 19-20.

QUESTÃO 1

No segundo parágrafo, a seqüência de períodos e orações iniciados pelo termo “que” justificam-se pelo fato de o narrador

- usar a linguagem cartorial com depoimento do delegado sobre a morte do menino.
- ter usado o discurso direto com explicações técnicas para a causa da morte do menino.
- incorrer em um problema de estilo, ao usar um recurso da oralidade.
- inserir no seu discurso o discurso de várias personagens.

QUESTÃO 2

No diálogo “ — Mas a mãe dele era a cozinheira da pensão e nem sabia de nada”, está pressuposto que

- o fato de a mãe ser a cozinheira da pensão isentava-a de culpa pela morte do filho.
- o delegado estava errado ao acusar as mães de não darem educação aos filhos.
- a mãe ignorava que o filho tivesse ido tomar banho no rio cheio.
- a mãe do menino morto não cuidava bem do filho.

QUESTÃO 3

Assinale a alternativa em que NÃO há a presença do sentido figurado nos trechos transcritos:

- a) “Aqueles meninos da rua da Beira do Rio viviam dentro d’água o que dava o dia. O rio era a escola deles.”
- b) “Então só os telhados ficariam de fora. Poderiam dar de-pontas da torre da igreja, ir nadando de casa em casa, fazer barquinhos e sair remando por entre os telhados.”
- c) “De manhã, a luz morta do dia punha reflexos idiotas nos redemoinhos traiçoeiros das águas barrentas.”
- d) “No meio, a correnteza se encrespava em saltos selvagens, em saracoteios lúbricos, numa volúpia diabólica de destruição.”

QUESTÃO 4

Em relação ao verbo “sentenciar”, na passagem “O delegado *sentenciou* que estava morto”, pode-se afirmar principalmente que

- a) seu uso está semanticamente incorreto, visto que apenas ao juiz é dado o poder de “sentenciar”.
- b) seu uso evidencia uma superioridade do sujeito da ação em relação às demais pessoas.
- c) o seu sentido, no texto, liga-se a uma constatação definitiva, irrevogável.
- d) o peso de sua significação é o responsável pelo espanto das pessoas.

QUESTÃO 5

Em relação ao último parágrafo do conto, pode-se afirmar que a atitude do delegado revela

- a) sua aceitação da morte como destino inevitável a que estão sujeitos os vivos.
- b) seu senso prático e desumano, ao desconsiderar o menino morto.
- c) seu incômodo por estar na presença fria da morte.
- d) sua compreensão da morte como um descanso.

ORGANIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO NO BRASIL E EM GOIÁS
QUESTÃO 6

São órgãos integrantes do Poder Judiciário:

- a) Juízes eleitorais, Conselho Nacional do Ministério Público e juízes militares
- b) Juízes do trabalho, Conselho Federal de Justiça e juízes militares
- c) Juízes militares, Conselho Federal de Justiça e juízes dos estados
- d) Juízes eleitorais, juízes militares e Conselho Nacional de Justiça

QUESTÃO 7

Sobre o Conselho Nacional de Justiça, é CORRETO afirmar:

- a) Compõe-se de 18 integrantes, entre os quais um advogado indicado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados.
- b) Compõe-se de 15 integrantes, entre os quais dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, um indicado pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.
- c) Compõe-se de 18 integrantes, entre os quais dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, um indicado pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.
- d) Compõe-se de 15 integrantes, entre os quais dois membros do Ministério Público Estadual.

QUESTÃO 8

Nos termos da Constituição Estadual, são órgãos do Poder Judiciário Estadual:

- a) Os juízes de direito, os Conselhos de Justiça Militar e o Tribunal de Justiça Militar
- b) Os juízes de direito, o Conselho Estadual de Justiça e os tribunais inferiores
- c) Os juízes de direito, o Conselho de Justiça Estadual e o Tribunal de Justiça Militar
- d) Os juízes de direito, o Conselho Estadual de Justiça e o Tribunal Militar

QUESTÃO 9

Em conformidade com a Constituição Estadual, a condição para um Município ser erigido à sede de comarca é atingir população estimada em

- a) seis mil eleitores.
- b) três mil eleitores.
- c) seis mil habitantes.
- d) três mil habitantes.

QUESTÃO 10

Sobre a Corregedoria-Geral da Justiça, aponte a alternativa que contém pelo menos duas finalidades que lhe são próprias:

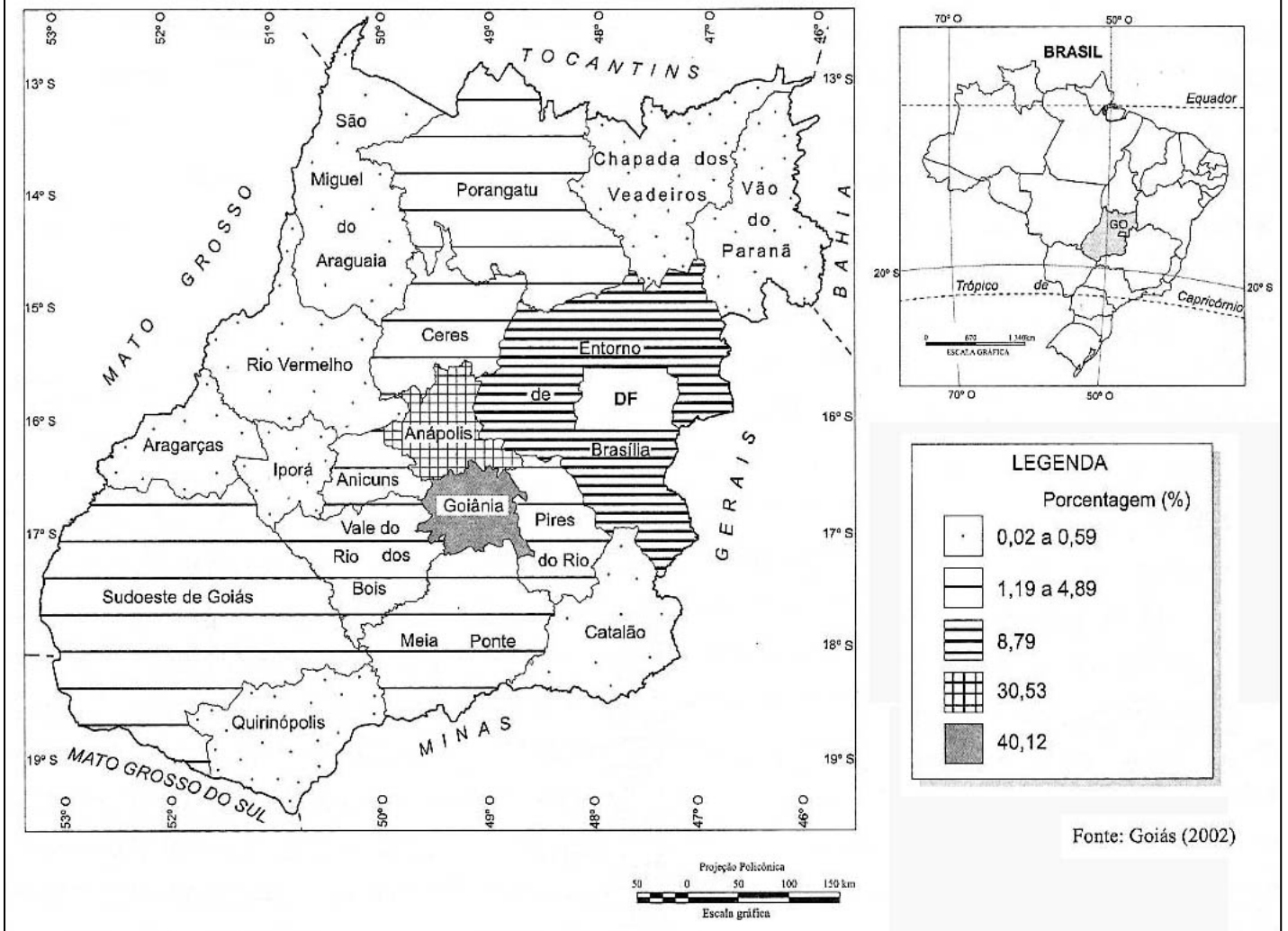
- a) Impor penas disciplinares, determinar, mediante provimento geral ou especial, as medidas que entender necessárias ao regular funcionamento da justiça e realizar correições parciais e extraordinárias.
- b) Julgar processo administrativo instaurado contra servidores das comarcas, inspecionar estabelecimentos prisionais e baixar provimentos relativos aos serviços judiciários.
- c) Apreciar relatórios anuais apresentados pelos juízes, presidir a instalação de comarcas e impor penas disciplinares.
- d) Exigir dos magistrados, periodicamente, declaração sobre acumulação de cargos e funções, propor ao órgão especial a instauração de processos para a declaração de incapacidade de magistrado vitalício e inspecionar estabelecimentos prisionais.

QUESTÃO 11

O Superior Tribunal de Justiça compõe-se:

- a) No mínimo de 11 ministros, sendo um terço escolhido entre advogados indicados em lista tríplice elaborada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- b) No máximo de 30 ministros, sendo um terço escolhido entre juízes do trabalho.
- c) No máximo de 15 ministros, sendo um terço escolhido entre advogados indicados em lista tríplice elaborada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- d) No mínimo de 33 ministros, sendo um terço escolhido entre juízes dos Tribunais Regionais Federais.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE GOIÁS S.A. (CEASA - GO) PARTICIPAÇÃO DAS MICRROREGIÕES NA OFERTA DE PRODUTOS



QUESTÃO 12

De acordo com a interpretação do mapa sobre a oferta de produtos na Central de Abastecimento de Goiás S.A. (Ceasa) e o conhecimento sobre a agricultura goiana, assinale a alternativa INCORRETA:

- A elevada participação da microrregião do sudoeste goiano na oferta da Ceasa confirma o seu forte peso na produção de hortifrutigranjeiros do Estado de Goiás.
- Entre os produtos ofertados pela microrregião de Goiânia, podem ser destacados: folhas, quiabo, abobrinha, ovos de Bela Vista de Goiás, Guapó e Inhumas, além de outros produtos.
- O consumo de hortifrutigranjeiros é maior nos ambientes metropolitanos, fato que justifica a destacada participação da microrregião de Goiânia na oferta da Ceasa.
- A significativa participação da microrregião de Anápolis na oferta da Ceasa está relacionada com a produção de tomate, pepino, quiabo, entre outras culturas.

QUESTÃO 13

A Região Metropolitana de Goiânia foi criada pela Lei Complementar n. 27, de 30 de dezembro de 1999. Entre seus objetivos estão aqueles de pensar políticas governamentais para os municípios que se encontram integrados social e economicamente a Goiânia. Sobre a Região Metropolitana de Goiânia, é INCORRETO afirmar:

- a) O município de Aparecida de Goiânia é aquele que se encontra mais integrado ao município de Goiânia, uma vez que as fronteiras dos dois municípios chegam a se confundir, especialmente no limite sul de Goiânia.
- b) Os municípios de Senador Canedo e Trindade encontram-se integrados ao sistema de transporte coletivo da Região Metropolitana de Goiânia, o que facilita o deslocamento de pessoas que moram nesses municípios e trabalham e/ou estudam em Goiânia.
- c) O terminal Padre Pelágio, no extremo oeste da avenida Anhanguera, integra Goiânia ao município de Trindade, via transporte coletivo.
- d) As políticas de uso e regulação do solo urbano na Região Metropolitana de Goiânia são definidas e executadas em comum acordo com todos os municípios.

QUESTÃO 14

A partir dos anos 1980, incorpora-se cada vez mais na sociedade goiana a consciência da importância da proteção ambiental e do resgate das tradições históricas. Qual das alternativas abaixo NÃO está relacionada a essa mudança de mentalidade?

- a) A proliferação de hotéis-fazenda no entorno de Goiânia, uma mistura do moderno (hotel) com o tradicional (fazenda).
- b) A proliferação dos *shopping centers*, uma forma de aliar comércio, lazer e conforto, desvinculada do consumismo capitalista.
- c) O surgimento do Festival de Cinema e Vídeo Ambiental na Cidade de Goiás (Fica), aliando tradição histórica com ecologia.
- d) A expansão dos condomínios horizontais fechados em Goiânia, demonstrando a preocupação das classes altas em aliar segurança com qualidade de vida.

QUESTÃO 15

No ano de 2001, a Cidade de Goiás foi reconhecida pela Unesco como Patrimônio da Humanidade. Todas as alternativas a seguir foram importantes para escolha do título, EXCETO:

- a) O fato de o centro histórico ser um dos poucos exemplos conservados da arquitetura colonial brasileira no centro do país.
- b) A mobilização da população da cidade em prol do reconhecimento de suas tradições, destacando-se o Movimento Pró-Cidade de Goiás.
- c) A imponência e o luxo de sua arquitetura colonial, idêntica à das cidades históricas mineiras, como Ouro Preto e Vila Rica.
- d) Os altos investimentos do poder público federal e estadual na recuperação e manutenção dos monumentos do centro histórico.

QUESTÃO 16

Digitando no Microsoft Word 2003, em sua configuração padrão, o texto “Ela exerce a função de secretaria e também a de gerencia da obra”, percebe-se que, mesmo marcando o idioma como português e solicitando a correção ortográfica, o software não é capaz de informar a necessidade de acentuação nas palavras “secretária” e “gerência”. Isso ocorre porque

- o Microsoft Word 2003 não faz verificação ortográfica para textos em português.
- as palavras “secretária” e “gerência” não existem no dicionário do Microsoft Word 2003.
- as palavras “secretaria” e “gerencia” também constam do dicionário do Microsoft Word 2003.
- na situação descrita, o Microsoft Word 2003 é perfeitamente capaz de detectar esse erro e corrigir as palavras para “secretária” e “gerência”.

QUESTÃO 17

Dada a planilha abaixo, feita no Microsoft Excel 2003, indique o que se pede.

	A	B	C	D	E	F	G
1							
2		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
3	Processo 01	200	220	205	222	228	280
4	Processo 02	328	322	352	333	385	336
5	Total/Mês	528	542	557	555	613	615
6	Média	264	271	278,5	277,5	306,5	307,5
7	Desvio Padrão	90,51	72,12	103,94	78,49	111,02	38,89

Para obter os resultados constantes nas células C5, D6 e F7, é necessário utilizar as seguintes fórmulas, respectivamente:

- =TOTAL (C3:C4), =MEDIA(D3:D4) e =DESVIO(F3:F4)
- =SOMA(C3:C4), =MÉDIA(D3:D4) e =DESVIOPAD(F3:F4)
- =SOMA(C3:C4), =MEDIA(D3:D4) e =SIGMA(F3:F4)
- =SOMAR(C3:C4), =MÉD(D3:D4) e =DESVIOPADRAO(F3:F4)

QUESTÃO 18

A utilização dos recursos de automação tornou-se atualmente uma realidade para grande parte das organizações. Contudo, a estrutura de computação disponível é subutilizada, pois grande parte dos processos de trabalho da organização está apenas parcialmente apoiada pela automação e outras partes não são ainda apoiadas pela informática. De acordo com essa situação, é CORRETO afirmar:

- A área da organização que possui um computador ligado na rede da organização obtém, automaticamente, apoio integral a todos os seus processos de trabalho.
- Na aquisição de computadores apenas alguns recursos como editores de texto, planilhas eletrônicas e bancos de dados vêm nativos no processador da máquina.
- O computador consegue potencialmente fazer qualquer processo de trabalho desde que possua sistema operacional instalado.
- Para apoiar todos os processos de trabalho é necessário que aplicações específicas sejam desenvolvidas, dificultando chegar ao estágio ideal de automação.

QUESTÃO 19

Muitos sites da Internet usam janelas pop-up para exibir mensagens de marketing, convites diversos etc. Em alguns casos, esse “assédio” incomoda o internauta a ponto de ser necessário o bloqueio do aparecimento de tais janelas. Para proceder o bloqueio de janelas pop-up, utilizando Internet Explorer em sua última versão (Windows XP), deve-se fazer o seguinte:

- Acesso ao menu “Ferramentas”, clique em “Bloqueador de Pop-ups” e, finalmente, em “Habilitar Bloqueador de Pop-ups”.
- Acesso ao menu “Exibir”, clique em “Bloqueador de Pop-ups” e, finalmente, em “Habilitar Bloqueador de Pop-ups”.
- Acesso ao menu “Ferramentas”, clique em “Recursos de Segurança” e, finalmente, em “Habilitar Bloqueador de Pop-ups”.
- Acesso ao menu “Exibir”, clique em “Recursos de Segurança” e, finalmente, em “Habilitar Bloqueador de Pop-ups”.

QUESTÃO 20

O uso de aplicações como o Microsoft Office (Word, Excel, Access etc.) permite que se faça a automação de pequenas tarefas das áreas da organização. Contudo, essas automações “caseiras” criam problemas denominados “ilhas de informações”. Sobre essas ilhas, é INCORRETO afirmar:

- O uso do software Microsoft Data Warehouse System facilita a consolidação de informações existentes nas ilhas produzidas no Microsoft Office.
- O desenvolvimento de aplicações estruturadas e corporativamente integradas tende a reduzir o número de “ilhas de informação” nas organizações.
- A geração de informações gerenciais corporativas fica muito dificultada pelo fato de existirem diversas fontes para captar e consolidar as informações.
- A divergência entre informações é uma consequência direta e comum da formação das ilhas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 21

“São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário” (art. 2º, Constituição Federal de 1988). Acerca desse dispositivo constitucional, é INCORRETO afirmar:

- O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira.
- A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema majoritário, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.
- O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelos Ministros de Estado.

QUESTÃO 22

O Estado não intervirá em seus municípios, nem a União nos municípios localizados em Território Federal, EXCETO quando

- deixar de ser paga, por motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada.
- o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.
- forem prestadas contas devidas, na forma da lei.
- tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e no desenvolvimento do ensino e nas ações e nos serviços públicos de saúde.

QUESTÃO 23

Acerca das comissões parlamentares constituídas no âmbito do Congresso Nacional e suas Casas, é INCORRETO afirmar:

- a) As comissões parlamentares poderão ser permanentes ou temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.
- b) Na constituição de cada comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos políticos que participam da respectiva Casa.
- c) Compete às comissões parlamentares, entre outras matérias, convocar ministros de Estado para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições.
- d) As comissões parlamentares de inquérito (CPI) terão poderes de investigação próprios das autoridades policiais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas.

QUESTÃO 24

Sobre os Tribunais e juízes dos Estados, é CORRETO afirmar:

- a) O Tribunal de Justiça instalará a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções da atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários.
- b) A competência dos tribunais está definida na Constituição Federal, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa do Tribunal de Justiça.
- c) Cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade das leis ou dos atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Federal, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão.
- d) A lei estadual poderá criar, mediante proposta do Tribunal de Justiça, a Justiça Militar estadual, constituída, em primeiro grau, apenas pelos Conselhos de Justiça e, em segundo, pelo próprio Tribunal de Justiça, ou por Tribunal de Justiça Militar nos Estados em que o efetivo da polícia militar seja superior a vinte mil integrantes.

QUESTÃO 25

A Constituição Federal de 1988 preceitua que o advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e suas manifestações no exercício da profissão, nos termos da lei. Sobre esse enunciado, é INCORRETO afirmar:

- a) O advogado pode ter vista dos processos judiciais ou administrativos de qualquer natureza, em cartório ou na repartição competente, ou retirá-los pelos prazos legais.
- b) O advogado tem o direito de dirigir-se diretamente aos magistrados nas salas e nos gabinetes de trabalho, independentemente de horário previamente marcado ou em outra condição, observando-se a ordem de chegada.
- c) O advogado tem o direito de reclamar, verbalmente ou por escrito, perante qualquer juízo, tribunal ou autoridade, contra a inobservância de preceito de lei, regulamento ou regimento.
- d) O advogado pode examinar, em qualquer órgão dos Poderes Judiciário e Legislativo, ou da Administração Pública em geral, autos de processos findos ou em andamento, desde que tenha procuração, quando não estejam sujeitos a sigilo, assegurada a obtenção de cópias, podendo tomar apontamentos.

QUESTÃO 26

Segundo o Código de Processo Civil, incumbe ao escrivão, EXCETO:

- a) Efetuar as penhoras.
- b) Redigir, em forma legal, os ofícios, mandados, cartas precatórias e mais atos que pertencem ao seu ofício.
- c) Executar as ordens judiciais, promovendo as citações.
- d) Executar as ordens judiciais, promovendo as intimações.

QUESTÃO 27

Segundo o Código de Processo Civil, os atos processuais são públicos. Correm, todavia, em segredo de justiça os processos, EXCETO

- a) em que o exigir o interesse público.
- b) que dizem respeito a casamento.
- c) de inventário que digam respeito à partilha de bens
- d) que dizem respeito à conversão da separação dos cônjuges em divórcio.

QUESTÃO 28

Segundo anota o Código de Processo Civil, a apelação devolverá ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada. É INCORRETO afirmar que serão, porém, objeto de apreciação e julgamento pelo tribunal quando

- a) o pedido tiver mais de um fundamento e o juiz acolher apenas um deles, caso em que a apelação devolverá ao tribunal o conhecimento dos demais.
- b) o pedido ou a defesa tiver mais de um fundamento e o juiz acolher apenas um deles, caso em que a apelação devolverá ao tribunal o conhecimento dos demais.
- c) a defesa tiver mais de um fundamento e o juiz acolher apenas um deles, caso em que a apelação devolverá ao tribunal o conhecimento dos demais.
- d) o pedido tiver um fundamento apenas e o juiz acolher outro totalmente diverso.

QUESTÃO 29

Preceitua o Código de Processo Civil que a audiência poderá ser adiada, EXCETO

- a) se não puderem comparecer, por motivo justificado, o perito.
- b) por convenção das partes, caso que só será admissível duas vezes.
- c) se não puderem comparecer, por motivo justificado, as partes.
- d) se não puderem comparecer, por motivo justificado, os advogados.

QUESTÃO 30

O art. 1º do Código Penal estabelece que “Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal”, em referência ao princípio da

- a) *abolitio criminis*.
- b) irretroatividade da lei mais severa.
- c) legalidade e da anterioridade.
- d) retroatividade da lei mais benéfica.

QUESTÃO 31

As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade, quando

- a) qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposo.
- b) aplicada pena privativa de liberdade não superior a quatro anos em crime cometido com ou sem violência ou grave ameaça à pessoa.
- c) o réu for reincidente em crime doloso.
- d) aplicada a pena privativa de liberdade não superior a três anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa.

QUESTÃO 32

São considerados crimes antecedentes do crime de lavagem de dinheiro previsto no art. 1º da Lei n. 9.613/98, EXCETO:

- a) Tráfico ilícito de substâncias entorpecentes ou drogas afins
- b) Terrorismo e seu financiamento
- c) Contra a ordem tributária
- d) Extorsão mediante seqüestro

QUESTÃO 33

Um oficial de justiça, em um ato citatório, solicitou ao acusado R\$ 1.000,00 para certificar que não o havia encontrado. Nesse caso, o oficial de justiça praticou um crime de

- a) concussão.
- b) corrupção passiva.
- c) corrupção ativa.
- d) prevaricação.

QUESTÃO 34

Contra uma sentença definitiva de condenação, o advogado do réu condenado interpôs equivocadamente recurso em sentido estrito ao invés de interpor apelação. Nesse caso, o juiz

- a) abrirá vista ao recorrente para a devida adaptação, no prazo de dois dias.
- b) poderá admiti-lo e processá-lo de acordo com o rito do recurso cabível, desde que não tenha havido má-fé.
- c) receberá o recurso independentemente de boa ou má-fé para não prejudicar o réu.
- d) não receberá o recurso.

QUESTÃO 35

As infrações penais de menor potencial ofensivo definidas na Lei dos Juizados Especiais Criminais (Lei n. 9.099/95), com a edição da Lei n. 10.259/01, passaram a ser assim consideradas:

- a) As contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a dois anos, ou multa.
- b) Os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a três anos.
- c) Os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a quatro anos, ou multa.
- d) As contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a um ano, excetuados os casos em que a lei preveja procedimento especial.

QUESTÃO 36

Com relação à revisão criminal, é CORRETO afirmar:

- a) Será admitida nos processos findos quando a sentença condenatória for contrária à jurisprudência.
- b) Não poderá ser requerida após a extinção da pena.
- c) Julgando improcedente a revisão, o tribunal poderá agravar a pena imposta na decisão.
- d) Quando, após a sentença, se descobrirem novas provas de circunstância que autorize diminuição especial da pena.

QUESTÃO 37

Analisar a validade dos itens seguintes, relativos à ação penal.

- I. Será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal.
- II. O Ministério Público é o titular da ação penal pública e não poderá dela desistir.
- III. A denúncia será rejeitada quando não for proposta no prazo legal.
- IV. A renúncia ao exercício do direito de queixa poderá ser feita somente com relação a um dos autores do crime, não se estendendo aos demais.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas os itens I e II são verdadeiros.
- b) Apenas os itens I e IV são verdadeiros.
- c) Apenas os itens II e III são verdadeiros.
- d) Apenas os itens III e IV são verdadeiros.

QUESTÃO 38

“Isto posto, julgo improcedente a ação penal para absolver o réu João da Silva da imputação que lhe é feita, com fundamento no art. 386, VI, do Código de Processo Penal”. Esse trecho extraído de uma sentença refere-se

- a) à indicação dos motivos de fato e de direito em que se funda a decisão.
- b) ao relatório.
- c) ao dispositivo.
- d) à exposição sucinta da acusação e da defesa.

QUESTÃO 39

Sobre as funções do Estado, é INCORRETO afirmar:

- a) O Poder Judiciário exerce funções judicantes e administrativas.
- b) O Poder Executivo exerce apenas funções administrativas.
- c) O Poder Legislativo exerce funções administrativas, judicantes e legislativas.
- d) O Poder Executivo exerce função política com preponderância sobre os outros poderes.

QUESTÃO 40

São atributos dos atos administrativos:

- a) Competência, forma, motivo, objeto e finalidade
- b) Competência, forma, presunção de legitimidade e finalidade
- c) Competência, forma, imperatividade e auto-executoriedade
- d) Presunção de legitimidade, imperatividade e auto-executoriedade

QUESTÃO 41

É possível a extinção dos atos administrativos pelos seguintes meios, EXCETO:

- a) Invalidação pelo Poder Executivo de ato ilegal praticado no âmbito da Administração Pública
- b) Revogação pelo Poder Judiciário de ato praticado na sua atividade administrativa
- c) Revogação pelo Poder Judiciário de ato praticado pela Administração Pública
- d) Anulação pelo Poder Judiciário de ato praticado pela Administração Pública

QUESTÃO 42

Sobre a responsabilidade civil do Estado, é CORRETO afirmar:

- a) Há a sua ocorrência independentemente de culpa ou dolo na ação danosa.
- b) Admite-se a ação regressiva contra o servidor independentemente de culpa ou dolo.
- c) A culpa total da vítima não exclui a sua ocorrência em razão da aplicação da teoria do risco integral.
- d) Basta a prova do evento danoso e do nexa causal com a ação do agente para a sua ocorrência, sem aplicação de excludentes.

QUESTÃO 43

Nos termos do Código Tributário Nacional, é CORRETO afirmar:

- a) A analogia pode ser utilizada para exigir tributo não previsto em lei.
- b) Por meio da equidade, pode-se reduzir o montante do tributo.
- c) A capacidade tributária passiva das pessoas jurídicas depende de sua constituição regular.
- d) Interpreta-se literalmente a legislação tributária que dispuser sobre dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.

QUESTÃO 44

Em consonância com a Constituição Federal, é CORRETO afirmar:

- a) Não há repartição do produto do IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, arrecadado pelos Estados.
- b) As normas gerais a respeito de prescrição e decadência em matéria tributária podem ser veiculadas por lei ordinária.
- c) As leis orçamentárias são as seguintes: lei do plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei dos orçamentos anuais.
- d) As taxas podem ter base de cálculo própria dos impostos.

QUESTÃO 45

São causas de suspensão da exigibilidade do crédito tributário:

- a) Parcelamento, moratória e os recursos em matéria tributária.
- b) Isenção, dação em pagamento de bens móveis e anistia.
- c) Compensação, isenção e remissão.
- d) Anistia, isenção e compensação.

QUESTÃO 46

Nos termos da Constituição Federal, não se submetem ao princípio da anterioridade os seguintes impostos:

- a) Imposto de renda, imposto sobre importação de produtos estrangeiros e o imposto sobre a propriedade territorial rural.
- b) Imposto sobre a exportação para o exterior, imposto de renda e o imposto relativo à circulação de mercadorias.
- c) Imposto de renda, imposto sobre empréstimo compulsório destinado a atender a despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública e imposto sobre a propriedade rural.
- d) Imposto sobre produtos industrializados, imposto de guerra e imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro.

QUESTÃO 47

Morre Teotônio, viúvo, sem deixar descendentes ou ascendentes; na linha colateral, deixa um tio, o filho desse tio e um sobrinho. Quem herdará o seu patrimônio?

- a) O tio e o sobrinho, em partes iguais.
- b) Somente o sobrinho.
- c) Somente o tio.
- d) Nenhum deles; não são parentes em grau sucessível.

QUESTÃO 48

Do pacto antenupcial, é CORRETO afirmar:

- a) A opção pelo regime da comunhão parcial será reduzida a termo.
- b) Será ineficaz, se não for registrado no CRI do domicílio dos cônjuges.
- c) Será nulo se não lhe seguir o casamento.
- d) É anulável se contiver cláusula contrária à disposição absoluta da lei.

QUESTÃO 49

“A” deve a quantia de R\$ 20.000,00 a “B”. Que espécie de capacidade jurídica está demonstrada nesse fato?

- a) Capacidade relativa.
- b) Capacidade de exercício.
- c) Capacidade de gozo.
- d) Capacidade de fato.

QUESTÃO 50

Da classificação da posse, é INCORRETO afirmar:

- a) Posse *ad interdicta* é aquela que pode ser defendida com a utilização dos interditos possessórios.
- b) Posse *pro indiviso* é aquela em que há divisão de fato, mas não há divisão de direito.
- c) Posse velha é aquela que data de mais de ano e dia.
- d) Posse *pro labore* é a posse fundada na função social da propriedade.

Espaço para rascunho

FOLHA INTERMEDIÁRIA DE RESPOSTAS

Questão	Alternativas			
1	a	b	c	d
2	a	b	c	d
3	a	b	c	d
4	a	b	c	d
5	a	b	c	d
6	a	b	c	d
7	a	b	c	d
8	a	b	c	d
9	a	b	c	d
10	a	b	c	d
11	a	b	c	d
12	a	b	c	d
13	a	b	c	d
14	a	b	c	d
15	a	b	c	d
16	a	b	c	d
17	a	b	c	d
18	a	b	c	d
19	a	b	c	d
20	a	b	c	d
21	a	b	c	d
22	a	b	c	d
23	a	b	c	d
24	a	b	c	d
25	a	b	c	d
26	a	b	c	d
27	a	b	c	d
28	a	b	c	d
29	a	b	c	d
30	a	b	c	d
31	a	b	c	d
32	a	b	c	d
33	a	b	c	d
34	a	b	c	d
35	a	b	c	d
36	a	b	c	d
37	a	b	c	d
38	a	b	c	d
39	a	b	c	d
40	a	b	c	d
41	a	b	c	d
42	a	b	c	d
43	a	b	c	d
44	a	b	c	d
45	a	b	c	d
46	a	b	c	d
47	a	b	c	d
48	a	b	c	d
49	a	b	c	d
50	a	b	c	d